

A urgência de se investigar Teorias da Conspiração pela Educação em Ciências

The urgency of investigating Conspiracy Theories for Science Education

Leonardo Wilezelek Soares de Melo

Universidade Estadual de Londrina
leonardowdemelo@gmail.com

Moisés Alves de Oliveira

Universidade Estadual de Londrina
moises@uel.br

Resumo

O objetivo deste ensaio foi discutir sobre Teorias da Conspiração a partir do olhar da epistemologia política, conforme apresentado por Bruno Latour e Isabelle Stengers. Perpassamos pela delimitação do termo Teoria para dissertar sobre um impasse gerado pela sua associação às Conspirações. O impasse pode ser assim resumido: ou Conspirações podem ser consideradas Teorias, mas sua qualificação partiria sempre de uma estigmatização *a priori*; ou não são Teorias coerentes, o que nos levaria a questionar a manutenção do termo pelas pesquisas sobre a temática. Em função desse cenário, sugerimos engajamento político da área de Educação em Ciências para investigar Conspirações, pois se trata de um fenômeno que implica diretamente sobre os assuntos e conteúdos atrelados a essa área de estudos.

Palavras chave: Teorias da Conspiração; Educação em Ciências; Epistemologia política.

Abstract

The purpose of this essay was to discuss Conspiracy Theories from a perspective of political epistemology according to Bruno Latour and Isabelle Stengers. We went through the delimitation of the term Theory to talk about an impasse generated by its association with Conspiracies. The impasse can be summarized as follows: or Conspiracies can be considered Theories, but their qualification would always start from a priori stigmatization; or they are not coherent Theories, which would lead us to question the maintenance of the term by research on theme. Due to this scenario, we suggest political engagement of Science Education to investigate Conspiracies, as this is a phenomenon that directly affects the subjects and contents linked to this area of studies.

Key words: Conspiracy Theories; Science Education; Political epistemology.

Introdução

Por que ensaiar a defesa de uma investigação do tema das Conspirações? Pensamos em Ensaio conforme Isabelle Stengers. Ensaaiar não quer dizer fazer do tema um argumento, mas sim “uma

questão colocada [...] aqui e agora”. Ensaiar é dotar o tema “do poder de fazer pensar, sentir, imaginar, agir” (STENGERS, 2015, p. 17-18). Logo, este ensaio articula-se à busca por liberdade de movimento frente a uma temática polêmica.

Superando o receio de experimentar sobre o tema, pudemos sugerir questões consideradas relevantes para a pesquisa em Educação em Ciências em função das Teorias da Conspiração. Na urgência de se investigar Conspirações frente aos emergentes movimentos negacionistas das Ciências, propusemos uma reflexão em relação ao emprego do termo Teorias associado às Conspirações.

O vocábulo Teoria remete a um conjunto de significados enredados. Por um lado, Teorias parecem angariar certa responsabilidade por ‘dar vida’ à natureza – ou aos fatos apreendidos desta. Dessa ótica, se poderia afirmar, nos embasando em Stengers (2002), que todo fato estaria impregnado de teoria. Por outro lado, ainda conforme a autora, há na noção de Teoria uma ligação com um poder de fazer calar seus discordantes. Nesse caso, uma Teoria se caracterizaria não simplesmente como enunciado, mas parte de um projeto político.

Nos motivando por essa aparente ambiguidade, propusemos ensaiar sobre pertinência do termo Teorias em função do fenômeno das Conspirações. Projetamos discutir Conspirações, tal qual articulou Bruno Latour: não as delimitando *a priori* segundo padrões de racionalidade, evitando cercá-las de qualidades particulares de uma investigação científica. Ao invés disso, sugerimos que “a tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores” (LATOUR, 2012, p. 44).

Dessa perspectiva, estabelecemos como questões motivadoras os seguintes questionamentos: qual a pertinência de qualificar as Conspirações como Teorias? E por que as Conspirações devem ser consideradas tema de relevância para a pesquisa em Educação em Ciências?

Para isso, no tópico seguinte, explanamos sobre essas questões, explorando-as em função de um olhar de epistemologia política conforme apresentado por Latour (1994; 2011; 2012; 2019) e Stengers (2002; 2015).

Discutindo Teorias da Conspiração sob um olhar de epistemologia política

As pesquisas sobre Teorias da Conspiração as definem como enredos propostos para dar sentido a eventos de grande estresse social. Esses enredos atribuem o planejamento e o gerenciamento de acontecimentos impactantes a grupos ou corporações de relevância social ou midiática, devido a supostas intenções malévolas envolvidas. São elencadas como Teorias da Conspiração especulações como: as que afirmam que a Terra é plana; narrativas ‘antivacina’; hipóteses sobre intenções malignas atreladas ao atentado de 11 de setembro em Nova York; dentre outras (GOERTZEL, 1994; COADY, 2007; WOOD, DOUGLAS E SUTTON, 2012; VAN PROOIJEN, 2020).

A amplitude de tipos teóricos de Conspirações embasou a primeira alteração deste ensaio: por que qualificar Conspirações como Teorias? Essa questão nos condicionou à necessidade de abordar sobre a própria delimitação do termo ‘Teoria’.

Silva (2010), ao avaliar de um olhar pós-estruturalista as teorias do currículo, considera que “está implícita, na noção de teoria, a suposição de que a teoria ‘descobre’ o real, de que há uma correspondência entre a ‘teoria’ e a ‘realidade’” (p. 11). Desse modo, a crítica do autor faz referência a uma releitura aristotélica de Teoria como um meio pelo qual se buscaria representar, por contemplação e em oposição à prática, uma realidade cronológica e

ontologicamente precedente a ela. Teoria faria referência a uma realidade ‘lá fora’ aguardando a descoberta e a sistematização arquitetadas por suas delimitações.

De um ponto de vista epistemológico moderno, essa noção de Teoria, repugnante à experimentação, fora transformada desde Francis Bacon. Como sugeriu Latour (1994), na modernidade, “*a representação das coisas através do laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos*” (p. 33, grifos do autor). Assim os modernos cunharam uma separação entre natureza e sociedade que concedeu às teorias científicas um protagonismo na descrição da realidade, oferecendo às Ciências um estatuto de responsabilidade sobre a natureza. Essa clivagem passou a marcar as diversas correntes epistemológicas a emergir em controvérsias filosóficas.

Mas em se tratando das Teorias da Conspiração, de que tipo de Teorias estamos falando? Qual seria sua epistemologia fundadora? Seriam elas habitantes impostoras do terceiro mundo de Popper? Seriam fundamentadas tal qual são os paradigmas kuhnianos? Embora Clarke (2002) tenha sugerido que as “teorias da conspiração costumam ter a aparência de formar o núcleo do que Lakatos chamou de ‘programas degenerativos de pesquisa’” (p. 136, nossa tradução), deveríamos resumi-las apenas por sua persistência em formar programas aparentemente degenerados?

À primeira vista, colocar essas questões parece suscitar uma predisposição por abordar o tema em função de escolhas. Bastaria selecionar a corrente epistemológica favorita, um autor predileto e publicar discussões sobre a relevância da Filosofia e da Sociologia das Ciências para a temática das Conspirações e atingiríamos nossos objetivos acadêmicos. No entanto, em diferenciação a isso, propomos: antes de apenas assumirmos ‘Teorias da Conspiração’ como parte de uma definição particular, talvez devêssemos rediscutir a própria pertinência do termo Teoria nesse âmbito.

Assim, suscitamos as discussões de Isabelle Stengers (2002) para justificar esse incômodo. Para a autora, Teorias não seriam somente mecanismos internos à lógica da ação científica. Diferente disso, “uma teoria necessita que a hierarquização de paisagem dos saberes que ela propõe seja socialmente ratificada” (STENGERS, 2002, p. 137). Dito de outro modo, “toda teoria afirma um poder social, um poder de julgar o valor das práticas humanas, e nenhuma se impõe sem que, em algum momento, o poder social, econômico ou político tenha agido” (STENGERS, 2002, p. 137). Nesse sentido, Teorias estariam associadas a práticas coletivas das Ciências e não a estatutos purificados pelos cortes de uma Epistemologia¹ depurante. Teorias seriam então questões de interesse.

Dessa acepção política, para que o conceito de Teoria faça sentido, não bastaria submetê-lo a certa operacionalidade epistemológica, mas é preciso compreendê-lo politicamente. Isso não quer dizer que o sucesso de uma Teoria seja questão de convencimento coletivo, mas sim uma função de aceite de certas condições a partir das quais essa Teoria interessa. Um cientista não precisaria impor a verdade de sua Teoria, tampouco criar uma unanimidade ao redor dela. Pelo contrário, ele pode até mesmo “suscitar o máximo de interesses *heterogêneos*, suscetíveis de conferir à sua proposição o máximo da significados” (STENGERS, 2002, p. 116, grifos da autora). É justamente por gerar e amplificar interesses, ser corroborada ou refutada, que ela ganha como Teoria.

Dessa perspectiva política, os fatos não existem em si, como se o papel dos cientistas fosse descobri-los natureza afora. Tampouco seriam questão de convenção por uma comunidade

¹ Utilizamos a letra E em maiúsculo para representar uma noção de Epistemologia purificadora dos fatos. Inspiração vem de Bruno Latour (1994) em *Jamais fomos modernos*.

especializada. Diferente disso, eles precisam ser instaurados – ainda que sejam emancipados em relação a nós. Em última análise, nos inspirando em Latour (2019): os fatos não falam por si mesmos – precisamos fazê-los falar de um modo que sejam ouvidos e ganhem condição de existência.

Logo, a lógica científica não é admitida a partir da “busca de um fundamento, e sim da fundação” (STENGERS, 2002, p. 100). Isso consiste em considerar que “nenhum enunciado obtém sua legitimidade de um direito epistemológico” (STENGERS, 2002, p. 100), mas da prática científica como fundadora de seus delineamentos. Nenhuma Teoria seria dada em si, elas precisam ser inventadas e postas sob o juízo das controvérsias.

Essa perspectiva se difere de uma visão sobre a “busca dos fundamentos que não manchariam nenhuma interpretação, nenhuma transformação, nenhuma manipulação, nenhuma tradução” (LATOURE, 2019, p. 134) dos fatos. Isto pois, atrelada à inquirição por fundamentos, estaria uma clivagem entre “os que têm acesso à natureza dos fenômenos e aqueles que, por não terem aprendido o suficiente, têm acesso apenas a visões distorcidas desses fenômenos” (LATOURE, 2011, p. 284). Desse olhar bifurcador, o mundo estaria dividido em dois: de um lado a racionalidade científica e suas teorias; de outro os seres irracionais e suas subjetividades ilusórias. Ciência vs não-Ciência.

Não pretendemos entrar no mérito dessa clivagem, mas somente considerá-la em função de nossa discussão. O que estamos a ponderar é que o termo Teorias da Conspiração se torna duplamente problemático quando julgado a partir dessa perspectiva bifurcada.

Por um lado, ela parece tratar as Conspirações como dotadas de uma lógica própria e analisável, que se expressa em suas teorizações controvérsias sobre o mundo – como se fosse possível elucidar uma espécie de epistemologia conspiracionista (sempre equivocada). Por outro lado, ao mesmo tempo em que estabiliza as Conspirações como Teorias, essa bifurcação as julga *a priori* como indesejáveis em relação a um presumido padrão de racionalidade. Em resumo: discorre-se sobre Conspirações como se fossem Teorias estáveis dotadas de lógica própria (e problemática); e em simultâneo se sinaliza que elas não são racionalmente autorizadas a teorizar, pois estão ‘à parte’ do verdadeiro conhecimento dos fatos.

Voltemos então a refletir sobre a primeira questão motivadora do ensaio: por que qualificamos Conspirações como Teorias? O que essas discussões permitem suscitar é que essa qualificação parece se dar mais em sentido de estigmatização do que em função de engajamento sobre o tema. Avaliamos isso porque não parece ser interesse de pesquisas científicas inquirir sobre Conspirações se ‘levando a sério’ suas alegações conspiratórias. Pelo contrário, como descreveu Wood (2016), o termo Teorias da Conspiração é usualmente utilizado para denegrir: “políticos o usam para zombar e rejeitar acusações contra eles, enquanto filósofos e cientistas políticos alertam que pode ser empregado como uma arma retórica para patologizar dissidentes” (WOOD, 2016, p. 695, nossa tradução).

A partir desse cenário, julgamos necessário abordar sobre a própria pertinência do termo Teorias em função do fenômeno das Conspirações.

Qualificação das Conspirações como Teorias

Como discorrido, o termo ‘Teorias’ ligado ao termo ‘Conspirações’ se torna problemático pois não parece ser um projeto das Ciências tratar essas narrativas com a mesma seriedade com a qual abordam suas teorias ‘nativas’. Não pretendemos entrar no mérito dessa abordagem, mas sugerimos que ela impõe um impasse: ou Conspirações podem ser realmente Teorias e então

mereceriam ser investigadas com o devido crédito que o termo se vale; ou então não são Teorias coerentes e devem ser desprezadas por sua imperícia conceitual.

Contudo, se o caso for o segundo (Conspirações não são Teorias verdadeiras), então o que elas são? E por que o termo continua sendo empregado nas investigações do tema? Mas se o caso for o primeiro (sim, elas merecem nossa atenção como Teorias), então toda qualificação dessas teorias terá sido fruto de um julgamento *a priori*, uma vez que o termo é empregado usualmente em sentido de denegrir pessoas ou coletivos. Dupla incerteza.

A demarcação deste impasse já bastaria para justificar o título deste ensaio: a urgência de se investigar Teorias da Conspiração pela Educação em Ciências. Seria também o bastante para julgar nosso segundo questionamento motivador: por que Conspirações devem ser consideradas tema de relevância para a pesquisa em Educação em Ciências?

Afinal, se a Educação em Ciências aborda diversos tipos de teorias científicas em seus âmbitos de ensino, e as Conspirações divergem e negam algumas dessas teorizações, nos parece irrevogável suscitar um engajamento político da área em função dessa controvérsia.

Relevância para a pesquisa em Educação em Ciências

A intenção deste ensaio foi mais explicitar o problema e menos prescrever soluções. Assumimos essa posição pragmática, pois ela intui caracterizar o impasse e não resolvê-lo de prontidão. Esse posicionamento nos remete ao que podemos imaginar saber sobre o tema, “sem dar a esse saber o poder de uma definição” (STENGER, 2002, p. 25). Em última análise, o que procuramos com este posicionamento foi suscitar um engajamento coletivo.

Julgamos assim pois essa complicação parece ser mais profunda e enredada do que poderíamos elencar no espaço de um ensaio. Como este texto trata de um fragmento teórico oriundo de uma tese de doutoramento em andamento, parece mais prudente, como sugeriria Latour (2011), angariar aliados para deslindar a controvérsia. Desta maneira, se poderia justificar os dois questionamentos motivadores deste ensaio: é por não se ter resolvido o impasse da nomeação e da caracterização de Teorias da Conspiração que a área de Educação em Ciências deve voltar sua atenção para o tema.

Sei que em tempos conflituosos, de ataques à prática científica, refletir sobre uma temática tão controversa, de maneira a não rechaçar com afinco fenômenos como as Conspirações, soa quase como uma traição às demandas de defesa das Ciências. Contudo, nos parece mais equilibrado não perder de vista, mesmo em tempos de guerra, uma abertura à autorreflexão e à prudência, não esquecendo dos alertas de Feyerabend (1977) sobre os limites da racionalidade científica. Essa posição nos convida a assumir que pesquisadores e cientistas “não resolvem os problemas por possuírem uma varinha de condão – a metodologia ou uma teoria da racionalidade – mas porque estudaram o problema por longo tempo e conhecem bem a situação” (FEYERABEND, 1977, p. 457).

Em nosso âmbito, essa atitude nos sujeita a colocar a própria clivagem Ciência vs não-Ciência entre parênteses frente às Conspirações. Caso essa clivagem venha a ser assumida, é mais prudente que tenha sido estabelecida após um processo investigativo de esquadramento de seus cursos de estabilização – não *a priori*. Se imposta de imediato, é provável ter sido fruto de uma estigmatização antecipada, que não levou em conta os impasses preconizados neste ensaio (Conspirações são ou não são Teorias?). Logo, o lema desse posicionamento politicamente epistemológico pode ser resumido como: “Não abuse do poder” (LATOUR, 2012, p. 370), pois “não deve haver explicações vigorosas sem vistorias e balanços” (LATOUR, 2012, p. 370).

Considerações de um projeto de epistemologia política

Buscamos com este ensaio gerar engajamento político em relação a um cenário intrincado. De modo a apresentar as principais considerações da discussão, relembremos as questões motivadoras: por que qualificamos as Conspirações como Teorias? E por que o fenômeno das Conspirações deve ser considerado um tema de relevância para a pesquisa em Educação em Ciências?

Em função do primeiro questionamento, sugerimos que o termo Teorias da Conspiração está associado a um impasse epistemológico: ou as Conspirações podem ser realmente consideradas Teorias, e então sua investigação sempre seria acompanhada da necessidade de estigmatização *a priori*, pois se trata de um termo empregado quase sempre para denegrir (não está em discussão o mérito dessa abordagem); ou então elas não são Teorias epistemologicamente aceitáveis, o que nos demandaria questionar a pertinência da manutenção do termo nas pesquisas das mais diversas áreas.

Logo, isso nos remete ao segundo questionamento motivador. Por ser a Educação em Ciências uma área de estudos que aborda especificamente teorias científicas, e ainda, pelo fato de as Conspirações conflitarem com diversos de seus assuntos, parece ser um imperativo tencionar engajamento político para se pesquisar o tema por essa área. Desse modo, levar em conta o impasse sugerido neste ensaio é um modo de edificar um posicionamento ponderado frente as Conspirações, o que abre espaço para se considerar sua complexidade social e cultural, além das implicações apenas epistemológicas e cognitivas.

Agradecimentos e apoios

Agradecemos à CAPES pelo suporte financeiro e acadêmico no desenvolvimento dessa discussão, fruto de uma pesquisa de doutoramento em andamento.

Referências

- COADY, D. Are conspiracy theorists irrational? **Episteme**, v. 4, n. 2, p. 193-204, 2007
- CLARKE, S. Conspiracy theories and conspiracy theorizing. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 32, n. 2, p. 131–150, 2002
- FEYERABEND, P. **Contra o método**. São Paulo: Francisco Alves, 1977.
- GOERZTEL, T. Belief in conspiracy theories. **Political Psychology**, v. 15, n. 4, p. 731-742, 1994
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOUR, B. **Ciência em ação**: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora, 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.
- LATOUR, B. **Investigação sobre os modos de existência**: uma antropologia dos modernos. Petrópolis: Vozes, 2019.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo, 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas**, 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VAN PROOIJEN, J. W. An Existential Threat Model of Conspiracy Theories. **European Psychologist**, v. 25, n. 1, p. 16–25, 2020.

WOOD, M. J. Some dare call it conspiracy: labeling something a conspiracy theory does not reduce belief in it. **Political psychology**, v. 37, n. 5, p. 695-705, 2016.

WOOD, M. J.; DOUGLAS, K. M.; SUTTON, R. M. Dead and alive: Beliefs in contradictory conspiracy theories. **Social Psychological and Personality Science**, v. 3, n. 6, p. 767–773, 2012.